

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	759.241.529
Preferenciais	0
Total	759.241.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.643.621	1.681.663
1.01	Ativo Circulante	31.038	102.730
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.275	28.897
1.01.03	Contas a Receber	25.649	73.159
1.01.03.01	Clientes	25.529	73.055
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	120	104
1.01.06	Tributos a Recuperar	930	404
1.01.07	Despesas Antecipadas	184	270
1.02	Ativo Não Circulante	1.612.583	1.578.933
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.011	960
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.562	960
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.449	0
1.02.01.09.04	Títulos e valores mobiliários	25.449	0
1.02.03	Imobilizado	1.563.051	1.565.579
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.548.606	1.187.183
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	14.445	378.396
1.02.04	Intangível	12.521	12.394
1.02.04.01	Intangíveis	12.521	12.394

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.643.621	1.681.663
2.01	Passivo Circulante	122.876	154.164
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	173	889
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	173	889
2.01.02	Fornecedores	14.190	14.855
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.190	14.855
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.184	11.671
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.506	8.781
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19	4.755
2.01.03.01.02	Inss	126	628
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	1.303	3.199
2.01.03.01.04	Outros	58	199
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.574	2.476
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	104	414
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.208	33.722
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.358	33.722
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.358	33.722
2.01.04.02	Debêntures	4.850	0
2.01.06	Provisões	53.121	93.027
2.01.06.02	Outras Provisões	53.121	93.027
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	12.365	7.768
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.194	1.194
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	37.302	77.045
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.260	690
2.01.06.02.07	Credores diversos	0	6.330
2.02	Passivo Não Circulante	716.159	884.044
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	679.601	681.042
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	451.839	472.618
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	451.839	472.618
2.02.01.02	Debêntures	227.762	208.424
2.02.02	Outras Obrigações	15.000	183.160
2.02.02.02	Outros	15.000	183.160
2.02.04	Provisões	21.558	19.842
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	990	79
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	990	79
2.02.04.02	Outras Provisões	20.568	19.763
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	11.044	9.292
2.02.04.02.04	Outras Provisões	9.524	10.471
2.03	Patrimônio Líquido	804.586	643.455
2.03.01	Capital Social Realizado	759.242	576.082
2.03.04	Reservas de Lucros	67.373	67.373
2.03.04.01	Reserva Legal	3.369	3.369
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	48.003	48.003
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	16.001	16.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-22.029	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	48.761	95.921	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.015	-82.928	-454	-454
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-4.800	-14.404	-454	-454
3.02.02	Outros custos operacionais	-4.513	-7.428	0	0
3.02.03	Depreciação e amortização	-9.474	-25.972	0	0
3.02.04	Uso do bem publico	-94	-281	0	0
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-28.750	-29.276	0	0
3.02.06	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-2.384	-5.567	0	0
3.03	Resultado Bruto	-1.254	12.993	-454	-454
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.559	-1.811	-21	-384
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.647	-2.047	-21	-384
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-99	-260	0	-7
3.04.02.05	Honorários da diretoria e conselho de administração	-26	-95	0	0
3.04.02.06	Administrativas e gerais	-1.236	-1.297	0	-377
3.04.02.07	Pessoal	-286	-395	-21	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	88	236	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.813	11.182	-475	-838
3.06	Resultado Financeiro	-21.158	-43.814	-7	-13
3.06.01	Receitas Financeiras	215	1.754	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.373	-45.568	-7	-13
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.971	-32.632	-482	-851
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.603	10.603	0	0
3.08.02	Diferido	10.603	10.603	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.368	-22.029	-482	-851
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.368	-22.029	-482	-851
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01800	-0,02900	-0,00200	-0,00100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.368	-22.029	-482	-851
4.03	Resultado Abrangente do Período	-13.368	-22.029	-482	-851

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.343	-364
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	34.345	-814
6.01.01.01	Prejuízo do período	-22.029	-851
6.01.01.02	Depreciação e amortização	26.513	7
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição diferidos	-10.603	0
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	51	30
6.01.01.05	Encargos de dívidas	40.398	0
6.01.01.06	Outras variações monetárias líquidas	41	0
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-26	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2	450
6.01.02.01	Impostos a compensar	-526	492
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	100	-42
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-29	0
6.01.02.05	Contas a receber	47.526	0
6.01.02.06	Contribuições e impostos a recolher	-7.488	0
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	-6.304	0
6.01.02.08	Fornecedores	-665	0
6.01.02.09	Salários e obrigações	-716	0
6.01.02.10	Encargos sociais	1.530	0
6.01.02.11	Provisão para compensação ambiental	6.349	0
6.01.02.12	Provisão para constituição de ativos	-39.743	0
6.01.02.13	Contingencias	911	0
6.01.02.14	Outros exigíveis a longo Prazo	-947	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.827	-170.813
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	-25.449	0
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-10.390	-170.702
6.02.03	Aplicações no intangível	-988	-111
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.138	153.366
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	15.000	139.660
6.03.03	Empréstimos tomados	0	368.551
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-36.005	-354.845
6.03.05	(-) Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-1.133	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.622	-17.811
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.897	26.078
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.275	8.267

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.04	Transações de Capital com os Sócios	183.160	0	0	0	0	183.160
5.04.01	Aumentos de Capital	183.160	0	0	0	0	183.160
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.029	0	-22.029
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-22.029	0	-22.029
5.05.02.06	Prejuízo do período	0	0	0	-22.029	0	-22.029
5.07	Saldos Finais	759.242	0	67.373	-22.029	0	804.586

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.04	Transações de Capital com os Sócios	262.000	0	0	0	0	262.000
5.04.01	Aumentos de Capital	262.000	0	0	0	0	262.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-851	0	-851
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-851	0	-851
5.05.02.06	Prejuízo do Período	0	0	0	-851	0	-851
5.07	Saldos Finais	576.081	0	0	-2.934	0	573.147

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	107.251	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	107.015	0
7.01.02	Outras Receitas	236	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-57.436	-831
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.032	-377
7.02.04	Outros	-14.404	-454
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.815	-831
7.04	Retenções	-26.513	-7
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.513	-7
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.302	-838
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.754	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.754	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.056	-838
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.056	-838
7.08.01	Pessoal	647	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	389	0
7.08.01.02	Benefícios	133	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	125	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	740	0
7.08.02.01	Federais	740	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.698	13
7.08.03.01	Juros	40.397	0
7.08.03.03	Outras	5.301	13
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.029	-851
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.029	-851

Comentário do Desempenho

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cuja entrada em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, a fim de assegurar a transparência.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) administrativo financeiro;
- (ii) de relações com investidores, e
- (iii) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um conselho fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do conselho fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Comentário do Desempenho

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	30/09/2015	30/09/2014	Variação %
Receita operacional bruta	107.015	-	100,0%
(-) Deduções da receita operacional	(11.094)	-	100,0%
Receita operacional líquida	95.921	-	100,0%
(-) Custos operacionais	(82.928)	(454)	18166,1%
Lucro bruto	12.993	(454)	-2961,9%
(-) Despesas/receitas operacionais	(1.811)	(384)	371,6%
(-) Despesas/receitas financeiras	(43.814)	(13)	336930,8%
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(32.632)	(851)	3734,5%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.603	-	100,0%
Prejuízo do período	(22.029)	(851)	2488,6%
Ativo total	1.643.621	1.441.470	14,0%
Investimentos	1.564.146	1.420.215	10,1%

Comentários relevantes

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia encontra-se em operação plena de suas atividades, por essa razão a receita operacional bruta apresenta 100% de variação se comparada ao mesmo período de 2014. Os custos operacionais e o resultado financeiro do período apresentam-se em linha com a receita operacional bruta. As datas de entrada em operação das três turbinas do empreendimento foram detalhadas no item 1 deste relatório.

Não houve imposto de renda e contribuição social correntes pois a Companhia auferiu prejuízo no período findo em 30 de setembro de 2015.

Dado que a Ferreira Gomes Energia S.A. ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, e de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

EBITDA

(Em milhares de reais)

	30/09/2015	30/09/2014
Prejuízo do período	(22.029)	(851)
(+) Resultado financeiro	43.814	13
(+) Depreciação e amortização	26.513	-
(+) IR/CS correntes	-	-
(=) EBITDA	48.298	(838)

Comentário do Desempenho

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	30/09/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(51.208)	(33.722)
Não circulante	(679.601)	(681.042)
Dívida total	<u>(730.809)</u>	<u>(714.764)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4.275</u>	<u>28.897</u>
Dívida líquida	(726.534)	(685.867)
Patrimônio líquido	804.586	643.455
Índice de endividamento líquido	<u>0,90</u>	<u>1,07</u>

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 30 de setembro de 2015 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha no seu quadro 18 colaboradores.

5. Responsabilidade sócio-ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: centros voltados à criação artística, incentivo cultural, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico.

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

Programa de Resgate de Fauna;
 Programa de Resgate de Ictiofauna e Programa de Resgate de Invertebrados Aquáticos;
 Programa de Controle Ambiental da Obra;
 Programa de Qualificação de mão de obra e estágio para jovens;
 Programa de Apoio a Projetos Esportivos e Culturais;
 Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
 Programa de Apoio aos Agricultores Familiares e Comunidades Ribeirinhas;
 Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
 Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
 Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
 Programa de Apoio à Elaboração de Planos Diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
 Programa de Gestão Socioambiental Integrada.

Comentário do Desempenho

Abaixo destacamos os principais projetos em andamentos:

Programa de Incentivo a Pesquisa;
Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Apoio a Descentralização da Gestão Ambiental em Ferreira Gomes e Porto Grande;
Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico;
Programa de Monitoramento Limnológico;
Programa de Monitoramento de Peixes e Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico e Meteorológico;
Programa de Desenvolvimento de Fornecedores locais;
Programa Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA);
Programa de Suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari;
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

6. Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou com Ferreira Gomes Energia S.A. (“Companhia”), o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2015, bem como as informações trimestrais, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações trimestrais – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015, com a emissão de relatório de revisão sobre essas informações trimestrais - ITRs; (ii) leitura do Formulário de Referência; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com a emissão de um relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou a “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia foi vencedora do leilão de energia nova 003/2010 cuja contratação foi feita no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assinando a Companhia contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11.

A Companhia está em plena operação comercial, porém merece destaque que antecipou a entrada em operação de duas unidades geradoras conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

A autorização para conclusão das informações trimestrais da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 09 de novembro de 2015.

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

Notas Explicativas

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

2.2 Base de preparação e apresentação

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, vigentes até 31 de dezembro de 2014. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do período findo em 30 de setembro de 2015 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, portanto, devem ser lidas conjuntamente. Exceto com relação a tributação, citada nos item 3.8, pois a partir de 01 de janeiro de 2015 a Companhia passou a ser tributada com base no lucro real.

Notas Explicativas

4 Pronunciamentos novos ou revisados

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para o exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2015, essas normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto nas informações trimestrais da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa			
Fundo fixo		15	20
Banco conta movimento		2.234	10.315
Aplicações financeiras de liquidez imediata	20% do CDI	50	1.530
Certificados de depósitos bancários	De 85 a 100% do CDI	1.976	17.032
		<u>4.275</u>	<u>28.897</u>

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Certificados de depósitos bancários – CDB's, realizado com instituições do mercado financeiro nacional, sendo remunerada pelas variações de 85% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 30 de setembro de 2015, e 90% do CDI em 31 de dezembro de 2014.

6 Contas a receber de clientes

O saldo de 30 de setembro de 2015 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de agosto e setembro, e que terão sua liquidação em outubro e novembro. Cabe ressaltar que os valores faturados de suprimento de energia elétrica são recebidos em 3 parcelas decendiais que são liquidadas a partir dos dias 15, 25 e 05 dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR's.

Com relação a liquidação no ambiente livre, excepcionalmente as liquidações dos meses de julho e agosto da CCEE ficaram suspensas devido as discussões/liminares do fator do GSF, conforme informativo CCEE nº 408/15, a liquidação foi prorrogada duas vezes, a primeira suspendeu a contabilização de Julho para ser liquidada em conjunto com a de Agosto nos dias 07 e 08 de Outubro, porém a segunda prorrogação deliberada pela diretoria da ANEEL, prorrogou a contabilização dos meses de Julho e Agosto para o dia 14 e 15 de Outubro de 2015

Notas Explicativas

	30/09/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	17.873	-
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre	7.656	73.055
	<u>25.529</u>	<u>73.055</u>

7 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Ativo circulante	30/09/2015	31/12/2014
Tributos e contribuições sociais a compensar		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	19	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	18	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	494	64
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	135
Imposto sobre Serviços - ISS	102	101
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	159	100
	<u>930</u>	<u>404</u>

Passivo circulante

Tributos e contribuições sociais a recolher

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	19	242
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	126	628
Imposto sobre Serviços - ISS	104	414
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.574	2.476
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	3.060
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	1.453
Programa de Integração Social - PIS	232	570
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.071	2.629
Outros	58	199
	<u>4.184</u>	<u>11.671</u>

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2015	31/12/2014
Ativo não circulante		
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	8.481	686
Contribuição social diferida sobre base negativa	3.081	274
	<u>11.562</u>	<u>960</u>

Este saldo foi composto por prejuízos dos anos de 2013 e prejuízos do exercício corrente, o qual a sua recuperabilidade, está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IR/CSLL diferidos em seus próximos exercícios.

Notas Explicativas

9 Títulos e valores mobiliários

	30/09/2015	31/12/2014
<u>Títulos e valores mobiliários</u>		
Banco conta movimento	25.449	-
	<u>25.449</u>	<u>-</u>

Este saldo refere-se a garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora.

O instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública da Ferreira Gomes S.A. estabelece que a Companhia deve constituir:

- uma conta bancária reserva de O&M, movimentada exclusivamente para pagamentos de quaisquer valores devidos no âmbito do contrato de operação e manutenção que não tenham sido tempestivamente liquidados, em caso de insuficiência de recursos; e
- uma conta bancária reserva de serviços da Dívida de Debêntures, de titularidade da Emissora cedida ao Agente Fiduciário, contendo, no mínimo, recursos suficientes para o pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures acrescida dos Juros Remuneratórios, juros e demais acessórios da dívida.

Notas Explicativas

10 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado no período findo em 30 de setembro de 2015 representam, substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 30 de setembro de 2015:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2014	Adições	Transferência entre contas do Ativo Imobilizado	Transferência devido Unitização	Reclassificação para intangível	Baixas	Baixas p/ Reclassificação	Saldo em 30/09/2015
Imobilizado em serviço									
Terrenos		16.715	-	-	-	-	(7)	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,15%	790.885	-	-	24.735	-	-	-	815.620
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,43%	152.816	-	(13.095)	969	-	(44)	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,24%	227.265	5	11.478	362.296	-	-	-	601.044
Veículos	14,30%	-	-	923	-	-	-	-	923
Móveis e utensílios	6,62%	1.203	2	1.176	14	-	-	-	2.395
Benfeitorias em bens de terceiros		956	-	-	-	(956)	-	-	-
Total do imobilizado em serviço		1.189.840	7	482	388.014	(956)	(51)	-	1.577.336
(-) Depreciação acumulada									
Reservatórios, barragens e adutoras		(1.404)	(13.152)	-	-	-	-	-	(14.556)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(309)	(2.563)	-	-	-	-	-	(2.872)
Máquinas e equipamentos		(563)	(10.094)	-	-	-	-	-	(10.657)
Veículos		-	(99)	(421)	-	-	-	-	(520)
Móveis e utensílios		(6)	(119)	-	-	-	-	-	(125)
Benfeitorias em bens de terceiros		(375)	-	-	-	375	-	-	-
Total da depreciação acumulada		(2.657)	(26.027)	(421)	-	375	-	-	(28.730)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.187.183	(26.020)	61	388.014	(581)	(51)	-	1.548.606
Imobilizado em curso									
Reservatórios, barragens e adutoras		-	363	-	(363)	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.932	18.814	-	(21.746)	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos		87.520	4.808	-	(92.328)	-	-	-	-
Veículos		2.535	99	(502)	-	-	(1.007)	-	1.125
Móveis e utensílios		13	2	-	(15)	-	-	-	-
A ratear (1)		150.374	24.455	22.730	(197.539)	-	-	(20)	-
Juros capitalizados (3)		28.839	12.242	-	(41.081)	-	-	-	-
Programas socioambientais		22.289	-	(22.289)	-	-	-	-	-
Material em depósito		4.140	131	-	(4.271)	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedor		48.232	(36.476)	-	-	-	-	-	11.756
Depósitos judiciais		893	671	-	-	-	-	-	1.564
Estudos e projetos (2)		30.629	42	-	(30.671)	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado em curso		378.396	25.151	(61)	(388.014)	-	-	(1.027)	14.445
Total do imobilizado		1.565.579	(869)	-	-	(581)	(51)	(1.027)	1.563.051

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Estudos e projetos: referem-se aos gastos incorridos com levantamentos topográficos, geodésicos, projetos executivos, hidráulicos dentre outros que fazem parte do projeto de implantação da usina.
- (3) Juros capitalizados: a Companhia agregou, durante do todo o período de implantação do empreendimento, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros capitalizados acumulados até 30 de setembro de 2015, são de R\$ 162.906 (R\$ 131.465 até 31 de dezembro de 2014) líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa (R\$ 9.922 em 30 de junho de 2015 e R\$ R\$ 9.299 em 31 de dezembro de 2014). As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na nota explicativa 13.

Notas Explicativas

11 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reclassificação conta imobilizado	Saldo em 30/09/2015
Intangível em serviço					
Uso do bem público	3,18%	11.769	-	-	11.769
Software	19,33%	699	32	-	731
Outros intangíveis	13,81%	-	-	956	956
Total intangível em serviço		12.468	32	956	13.456
(-) Amortização acumulada					
Uso do bem público		(62)	(281)	-	(343)
Software		(12)	(106)	-	(118)
Outros intangíveis		-	(99)	(375)	(474)
Total amortização		(74)	(486)	(375)	(935)
Total do intangível		12.394	(454)	581	12.521

Uso do bem público - conforme estabelecido no contrato de concessão a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, e este montante trazido a valor presente, e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

12 Fornecedores

	30/09/2015	31/12/2014
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	1.894	3.015
Materiais e serviços	12.296	11.840
Total	14.190	14.855

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Encargos	30/09/2015			31/12/2014			
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	
Moeda nacional - circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	14.325	745	15.070	9.189	3.366	12.555
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	5.669	296	5.965	3.637	1.332	4.969
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	640	33	673	414	73	487
BNDES - Subcrédito D	2,5%	24.705	185	24.890	16.271	928	17.199
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	-	6.169	6.169	-	-	-
(-) custo de captação - a amortizar		(1.559)	-	(1.559)	(1.488)	-	(1.488)
Total		43.780	7.428	51.208	28.023	5.699	33.722
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	208.909	-	208.909	211.351	-	211.351
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	82.684	-	82.684	83.651	-	83.651
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	9.329	-	9.329	9.512	-	9.512
BNDES - Subcrédito D	2,5%	154.404	-	154.404	170.845	-	170.845
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	232.032	10.572	242.604	221.404	2.682	224.086
(-) custo de captação - a amortizar		(18.329)	-	(18.329)	(18.403)	-	(18.403)
Total		669.029	10.572	679.601	678.360	2.682	681.042
Total geral		712.809	18.000	730.809	706.383	8.381	714.764

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 30 de setembro de 2015 foram liberados o montante de R\$ 468.310. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cuja a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será 15 de dezembro de 2022. Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES, foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Em 30 de setembro de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53.610 (R\$ 25.532 até 31 de dezembro de 2014).

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

Notas Explicativas

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 30 de setembro de 2015 a companhia encontra-se em período de carência para apuração do atendimento do Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Desta forma, os índices serão apurados a partir do 4º trimestre de 2015.

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
 - (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
 - (c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
 - (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
 - (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.
- Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Notas Explicativas

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Em 15 de junho de 2015 a Companhia realizou o primeiro pagamento semestral dos juros remuneratórios. Durante o período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, e quando o montante de juros correspondente a parcela da TJLP vier a exceder os 6% ao ano, este valor também será incorporado ao principal, fato que ocorreu em 30 de setembro de 2015. Até o período findo em 30 de setembro de 2015 foram incorporados o montante de R\$ 17.014. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá:

- comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

Em 30 de setembro de 2015 a companhia encontra-se em período de carência para apuração do atendimento do Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). De acordo com a 3ª Escritura de Debêntures, a obrigatoriedade de apresentação dos cálculos será exigida a partir do pagamento da 1ª (primeira) amortização do Contrato de Financiamento, ocorrido em 15 de maio de 2015 e desde que haja geração de receita pela Emissora por, no mínimo, 12 (doze) meses. A Unidade Geradora - UG1 da Companhia iniciou o fornecimento de energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) desde 08 de outubro de 2014. Desta forma, os índices serão apurados no 4º trimestre de 2015.

Notas Explicativas

b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2014	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	30/09/2015
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	223.906	-	13.779	(13.706)	223.979
BNDES - Subcrédito B	88.620	-	5.455	(5.425)	88.650
BNDES - Subcrédito C	9.999	-	615	(612)	10.002
BNDES - Subcrédito D	188.044	-	3.490	(12.239)	179.295
3º emissão de debêntures	224.086	-	28.710	(4.023)	248.773
(-) custo de captação - a amortizar	(19.891)	(1.133)	390	744	(19.890)
Total	714.764	(1.133)	52.439	(35.261)	730.809

	31/12/2013	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/12/2014
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	208.390	-	15.516	-	223.906
BNDES - Subcrédito B	82.479	-	6.141	-	88.620
BNDES - Subcrédito C	4.194	5.487	318	-	9.999
BNDES - Subcrédito D	161.997	21.887	4.160	-	188.044
BTG - Nota promissória	-	175.000	3.801	(178.801)	-
2º emissão de debêntures	166.312	-	10.158	(176.470)	-
3º emissão de debêntures	-	210.900	13.186	-	224.086
(-) custo de captação - a amortizar	(3.587)	(17.697)	-	1.393	(19.891)
Total	619.785	395.577	53.280	(353.878)	714.764

c. Em 30 de setembro de 2015, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Principal e encargos	11.335	46.309	47.765	52.132	56.256	484.133	697.930
(-) custo de captação a amortizar	(390)	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(11.703)	(18.329)
	10.945	44.750	46.206	50.573	54.697	472.430	679.601

14 Provisão para constituição de ativos

Natureza	30/09/2015	31/12/2014
Máquinas e equipamentos	22.199	37.276
Montagem	6.828	9.804
Obras civis	3.223	29.237
Outros	5.052	728
Total	37.302	77.045

Notas Explicativas

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

15 Provisão para gastos ambientais

	30/09/2015	31/12/2014
Passivo circulante	12.365	7.768
Passivo não circulante	11.044	9.292
Total	23.409	17.060

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 30 de setembro de 2015. A contrapartida pela constituição dessas provisões foram registradas no ativo imobilizado.

16 Provisão para contingência

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à 37 processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 990.

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda possível não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 30 de setembro de 2015 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

Notas Explicativas

(ii) Demandas Cíveis: Atualmente existem 4 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 2.615, com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados.

Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.379;

Ação Cautelar Inominada nº 00005352820158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá em face da Ferreira Gomes Energia S/A e outros com o objetivo de produção de provas e apuração de responsabilidade pelo incidente de inundação ocorrido na cidade de Ferreira Gomes/AP no dia 07 de maio de 2015. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.000; e

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

(iii) Demandas Trabalhistas: Atualmente existem 16 processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 1.035, com natureza de risco possível de perda.

(iv) Demandas Arbitrais: Não existem demandas de natureza arbitral com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

(v) Demandas Ambientais: Existe um Auto de Infração com probabilidade de perda possível, o qual transcrevemos abaixo:

Auto de Infração Ambiental nº 013596, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

17 Partes relacionadas

17.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a ser celebrados com partes relacionadas, são avaliados a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

	30/09/2015	31/12/2014
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A (a)	15.000	183.160
	<u>15.000</u>	<u>183.160</u>

- a. A companhia necessitou de recursos por parte da acionista Alupar Investimento S.A, que foram aportados nos dias 08, 21 e 23 de setembro de 2015, totalizando o montante de R\$ 15.000.

Notas Explicativas

7.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/09/2015
Akpar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	501.924
Akpar	13/06/2011	Conselho de Administração	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	30/06/2017	161.000	4.830
Akpar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	211.500	248.773
Akpar	31/07/2014	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180833414 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	18/07/2014	15/07/2016	1.114	11
Akpar	24/11/2014	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181302814 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fianças)	01/12/2014	01/12/2015	1.135	-
Akpar	29/11/2015	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180088815 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fianças)	30/01/2015	29/01/2016	1.135	3

7.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 16 de abril de 2015, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a remuneração global da Diretoria no montante de até R\$ 1.272. Cabe ressaltar que os membros do Conselho de Administração não receberão remuneração.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 dezembro de 2014, a remuneração foi conforme abaixo

	30/09/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo (a)	478	911
Benefícios pós-emprego	3	25
Total	481	936

Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Notas Explicativas

18 Patrimônio líquido

8.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia, conforme AGE de 10 de julho de 2014 é de R\$ 700.000.

Em 03 de junho de 2015 a Companhia aumentou seu capital social em 159.660 (mediante subscrição de 159.660 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 576.082 para R\$ 735.742.

Em 09 de setembro de 2015 a Companhia aumentou seu capital social em 23.500 (mediante subscrição de 23.500 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 735.742 para R\$ 759.242.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	30/09/2015	31/12/2014
Alupar Investimento S.A.	759.241.528	576.081.528
Membros do conselho de administração	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>759.241.529</u>	<u>576.081.529</u>

19 Resultado por ação

	30/09/2015	30/09/2014
Numerador		
Prejuízo do período	(22.029)	(851)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>759.241.529</u>	<u>576.081.529</u>
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,029)</u>	<u>(0,001)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

Notas Explicativas

20 Receita operacional líquida

	30/09/2015	30/09/2014
Receita Bruta		
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	107.015	-
	107.015	-
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(1.751)	-
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(8.066)	-
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(962)	-
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(315)	-
	(11.094)	-
Receita operacional líquida	95.921	-

21 Custos e despesas operacionais

	30/09/2015		30/09/2014	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(14.404)	-	(454)	-
Compensação financeira	(5.567)	-	-	-
Utilização do Bem Público - UBP	(281)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	(45)	-	-	-
	(20.297)	-	(454)	-
Custos gerenciáveis				
Energia comprada para revenda	(29.276)	-	-	-
Seguros	(295)	-	-	-
Alugueis	(75)	(55)	-	-
Pessoal	(244)	(395)	-	-
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(95)	-	-
Material	(377)	(17)	-	(2)
Serviços de Terceiros	(4.226)	(1.033)	-	(345)
Provisão para contingências	(912)	-	-	-
Outros custos	(1.254)	(192)	-	(30)
Outras receitas	-	236	-	-
	(36.659)	(1.551)	-	(377)
Depreciação e Amortização	(25.972)	(260)	-	(7)
	(25.972)	(260)	-	(7)
Total	(82.928)	(1.811)	(454)	(384)

Notas Explicativas

22 Resultado financeiro

	30/09/2015	30/09/2014
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.014	-
Juros s/ faturas a receber em atraso	662	-
Outras receitas financeiras	78	-
	1.754	-
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(40.438)	-
Outras despesas financeiras	(5.130)	(13)
	(45.568)	(13)
Resultado financeiro	(43.814)	(13)

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

23.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

23.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações trimestrais.

	30/09/2015		31/12/2014		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	4.275	4.275	28.897	28.897	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	25.529	25.529	73.055	73.055	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	29.804	29.804	101.952	101.952		
Passivo						
Fornecedores	14.190	14.190	14.855	14.855	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	730.809	730.809	714.764	714.764	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	744.999	744.999	729.619	729.619		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa, equivalentes de caixa, e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

Notas Explicativas

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

3º emissão de debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença para o saldo contábil, uma vez que o valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site (www.pentagontrustee.com.br), é o valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 30 de setembro de 2015.

23.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No período findo em 30 de setembro de 2015, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

23.4 Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Notas Explicativas

3.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2015, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 25 de Setembro de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	Posição em 30/09/2015	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		6,80%	10,20%	13,60%	17,00%	20,40%	
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	2.026	138	207	276	344	413

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2015 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 25 de setembro de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 30 de setembro de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 30/09/2015 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	232.032	3,39%	5,08%	6,77%	8,46%	10,16%
				23.375	27.556	31.737	35.919	40.100
BNDES subcrédito (A, B e C)	TJLP +	2,34%	300.922	3,25%	4,88%	6,50%	8,13%	9,75%
				17.050	22.055	27.059	32.064	37.068

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Notas Explicativas

23.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

Notas Explicativas

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2015, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	11.761	1.457	1	-	971	14.190
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.556	42.652	88.532	151.477	439.592	730.809
Total	20.317	44.109	88.533	151.477	440.563	744.999

3.7 Gestão de capital

	30/09/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(51.208)	(33.722)
Não circulante	(679.601)	(681.042)
Dívida total	(730.809)	(714.764)
Caixa e equivalentes de caixa	4.275	28.897
Dívida líquida	(726.534)	(685.867)
Patrimônio líquido	804.586	643.455
Índice de endividamento líquido	0,90	1,07

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

24 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Notas Explicativas

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 30 de setembro de 2015.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco operacional	1.018.490	966	03/11/2016
Risco de responsabilidade civil geral	100.000	75	03/11/2016
Total	1.118.490	1.041	

26 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

27 Eventos subsequentes

A acionista Alupar Investimentos S.A adiantou a título de adiantamento para futuro aumento de capital os montantes abaixo citados:

Data	R\$
28/10/2015	2.000
30/10/2015	500
05/11/2015	2.000
	4.500

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A

("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

São Paulo, 09 de novembro de 2015.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis para o período findo em 30 de setembro de 2015.

José Antonio Caseiro Vicente

Diretor Administrativo

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

São Paulo, 09 de novembro de 2015.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 30 de setembro de 2015.

José Antonio Caseiro Vicente

Diretor Administrativo

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico